



ATA SUMÁRIA REFERENTE À AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO URBANO.

1 Aos três dias do mês de junho de dois mil e onze, às oito horas e cinquenta minutos,
2 no Auditório do SEBRAE/RN - situado na Av. Lima e Silva, 76, Lagoa Nova, teve início
3 a Audiência Pública para Regulamentação dos Instrumentos de Ordenamento Urbano.
4 Dando início à audiência, o cerimonial deu as boas vindas a todos e esclareceu que a
5 Audiência trata da apresentação da proposta de Regulamentação dos Instrumentos de
6 Ordenamento Urbano elaborados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal –
7 IBAM e Equipe Técnica Municipal sendo hoje apresentadas e discutidas as
8 Regulamentações dos Instrumentos de Ordenamento Urbano que são: Outorga
9 Onerosa do Direito de Construir - OODC; Transferência de Potencial Construtivo -
10 TPC; Operação Urbana Consorciada OUC; Centros Históricos e Planos Setoriais -PS.
11 Após a descrição do que será tratado na audiência, o cerimonial convida para compor
12 a Mesa Diretora o Senhor Secretário Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, João
13 Bosco Afonso e os representantes do Instituto Brasileiro de Administração Municipal -
14 IBAM, a senhora Rosane Biasotto – Arquiteta e Mestre em Geografia - e o Senhor
15 Henrique Barandier – Arquiteto e Mestre em Urbanismo. Cumprido o cerimonial e
16 aberta à audiência, é submetido ao plenário o regulamento já apresentado para
17 aprovação. O Ministério Público solicita a consignação de um prazo de 45 dias para a
18 realização de uma perícia nas minutas, a proposta é posta em votação pela Mesa
19 Diretora e é aprovada. O Presidente passa então a palavra aos técnicos do IBAM que
20 realizam a apresentação das propostas para os Instrumentos de Ordenamento
21 Urbanos, Outorga Onerosa, Transferência de Potencial Construtivo, Operação Urbana
22 e Plano Setorial. Terminada a apresentação e abertos os debates, a plenária solicita
23 esclarecimentos da capacidade técnica e administrativa da prefeitura de administrar os
24 instrumentos apresentados. As discussões centralizaram-se bastante na Transferência
25 de Potencial Construtivo e Outorga Onerosa do Direito de Construir. O IBAM
26 apresentou então sua crítica técnica aos casos aplicados no Município do Natal e
27 afirma que não é o modelo adequado. A plenária questiona sobre a capacidade das
28 infraestruturas de suporte nos bairros. A Prefeitura responde que está realizando
29 levantamentos para preencher lacunas sobre algumas informações que nunca foram
30 levantadas. Nas discussões foi esclarecido todo o arcabouço teórico e os
31 levantamentos empíricos que balizaram a proposta e que a OODC e a TPC devem
32 refletir a recuperação da valorização criada a partir do poder público intervindo na
33 cidade. Foi questionado a municipalidade onde vem sendo gasto e depositado do
34 dinheiro da OODC e foi explicado que hoje há uma conta separada para esta receita.
35 Terminado o debate, os encaminhamentos acordados foram os seguintes: reforçando
36 o acordo da Audiência realizada no dia 01 de junho de 2011 e acatando a solicitação
37 do Ministério Público, o presidente da mesa declarou mais uma vez que as audiências
38 dos dias 01 e 03 de junho de 2011 teriam finalidade apenas de apresentação das
39 propostas. Este terá então um período de 45 dias para protocolar estudos e
40 contestações técnicas a SEMURB. Esta iria avaliar as contribuições. Posteriormente
41 seriam agendadas novas audiências para dar prosseguimento à discussão, dando



42 resposta aos estudos apresentados. A proposta foi acatada pela assembléia. E nada
43 mais havendo a declarar o senhor Secretário Adjunto Carlos da Hora deu por
44 encerrada a Audiência. Assim, procede-se a lavratura desta ata que vai por mim
45 assinada, João Bosco Afonso, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo,
46 aos dezenove dias do mês de março de dois mil e doze.

João Bosco Afonso
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

OBS: Os interessados poderão ter acesso aos detalhes das discussões através do registro audiovisual, gravado na íntegra nos dias das audiências. A cópia do DVD deverá ser solicitada através de requerimento à SEMURB.